

Resumo Semanal

Ano 1 – Número 57 – 27/08 à 31/08/2018

Destaque da Semana

STF decide que é lícita a terceirização em todas as atividades empresariais

Supremo Tribunal Federal - 30/08/2018

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (30) que é lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958252, com repercussão geral reconhecida, sete ministros votaram a favor da terceirização de atividade-fim e quatro contra.

A tese de repercussão geral aprovada no RE foi a seguinte: "É licita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".

Na sessão desta quinta-feira votaram o ministro Celso de Mello e a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. Para o decano, os eventuais abusos cometidos na terceirização devem ser reprimidos pontualmente, "sendo inadmissível a criação de obstáculos genéricos a partir da interpretação inadequada da legislação constitucional e infraconstitucional em vigor, que resulte na obrigatoriedade de empresas estabelecidas assumirem a responsabilidade por todas as atividades que façam parte de sua estrutura empresarial".

Para ler na íntegra clique aqui





Folga concedida depois de sete dias de serviço será paga em dobro

Tribunal Superior do Trabalho - 29/08/2018

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou as Lojas Renner S. A. a pagar a uma operadora de caixa, em dobro, os repousos semanais remunerados (RSR) concedidos somente após sete dias consecutivos de trabalho. A decisão segue a jurisprudência do TST (<u>Orientação Jurisprudencial 410 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais</u>), segundo a qual a concessão de folga nessas condições viola o artigo 7°, inciso XV, da Constituição da República, que lista como direito dos trabalhadores o repouso "preferencialmente aos domingos".

Presidente da República indica desembargador Luiz José Dezena da Silva para o TST

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2018

O desembargador Luiz José Dezena da Silva, do Tribunal Regional da 15ª Região (Campinas/SP), foi indicado pelo presidente da República, Michel Temer, para ocupar a vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho aberta em decorrência da aposentadoria do ministro Fernando Eizo Ono, ocorrida em março. A Mensagem 474, de 27/8/2018, foi publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (28), e a indicação foi anunciada pelo presidente do TST, ministro Brito Pereira, na abertura da sessão de julgamentos da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais.

Aviso-prévio não cumprido será descontado na rescisão contratual

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2018

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou válido o desconto efetuado pela Voetur Turismo e Representações Ltda. na rescisão contratual de um supervisor de faturamento correspondente ao aviso-prévio não cumprido por ele.

Limpeza de banheiro não dá direito a adicional de insalubridade por umidade

Tribunal Superior do Trabalho - 27/08/2018

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho desobrigou a Orbenk Administração e Serviços Ltda. de pagar o adicional de insalubridade a uma auxiliar de serviços gerais em razão do contato com umidade. Ela trabalhava na limpeza e no serviço de copa, mas, de acordo com a Norma Regulamentadora 15 (NR 15) do Ministério do Trabalho, a atividade não se caracteriza como insalubre em relação a esse agente.





Ministério do Trabalho atinge R\$ 2,4 bilhões em recolhimentos e notificações no primeiro semestre de 2018

Ministério do Trabalho - 27/08/2018

Fiscalizações do Ministério do Trabalho contra a sonegação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da Contribuição Social (CS) resultaram em mais de R\$ 2,4 bilhões em notificações e recolhimentos de janeiro a junho deste ano. O resultado é 4,3% superior ao verificado no mesmo período do ano passado (R\$ 2,3 bilhões) e 30,8% maior na comparação com os primeiros seis meses de 2016 (R\$ 1,8 bilhão).

Mediação garante pagamento de verbas rescisórias a trabalhadores terceirizados

Ministério Público do Trabalho - 30/08/2018

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas garantiu o pagamento das verbas rescisórias do contrato de trabalho de funcionários que prestavam serviço terceirizado na duplicação da BR 101, trecho Flexeiras a Rio Largo, no estado. Após a instituição ministerial atuar como mediador, o valor será pago pela empresa responsável por tocar as obras.

Supremo julga constitucional terceirização irrestrita

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/08/2018

Por 7 a 4, o Supremo Tribunal Federal votou a favor da constitucionalidade da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, nesta quinta-feira, 30 de agosto. O Plenário julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 324 e deu provimento ao Recurso Extraordinário – RE 958252, com repercussão geral reconhecida, que questionam decisões da Justiça do Trabalho fundamentadas na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que atualmente impõe regras e limites à terceirização nas empresas.

<u>Presidente do Sinait mostra dados que comprovam que a Reforma Trabalhista trouxe graves prejuízos para</u> o trabalhador

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/08/2018

O presidente do Sinait, Carlos Silva, destacou em sua fala toda a problemática e precarização das relações trabalhistas trazidas pela Reforma Trabalhista, cuja vigência completará um ano no próximo dia 5 de outubro, durante participação no V Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente,





Direito e Saúde. O evento está sendo realizado, de 27 a 31 de agosto, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP. Confira <u>aqui</u> o material completo da exposição do presidente do Sinait.

Moção de Repúdio à revisão do CBO com vistas à redução das vagas do Programa Jovem Aprendiz

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 29/08/2018

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait apresenta MOÇÃO DE REPÚDIO à revisão do Código Brasileiro de Ocupações – CBO com vistas à redução das funções que necessitam de aprendizagem e, consequentemente, das vagas do Programa Jovem Aprendiz. O Sindicato considera esta medida inoportuna e prejudicial a toda a sociedade brasileira, uma vez que o Programa é a porta de entrada de milhares de jovens no mercado de trabalho, de forma qualificada e assistida.

Mudança na Classificação Brasileira de Ocupações ameaça Programa Jovem Aprendiz

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 27/08/2018

A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, documento que tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios padronizados, está na mira da indústria. Há pressão para que ocorram alterações em reunião marcada para o dia 29 deste mês, quando representantes do Ministério do Trabalho - MTb estarão reunidos para revisar as funções que demandam formação profissional metódica constante, presentes no documento. A medida poderá atingir em cheio o Programa Jovem Aprendiz.

Abertas as inscrições para o "Seminário Internacional 30 anos da Constituição Cidadã e um ano de Reforma Trabalhista"

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 27/08/2018

Estão abertas as inscrições para o "Seminário Internacional 30 anos da Constituição Cidadã e um ano de Reforma Trabalhista", que ocorrerá nos dias 8 e 9 de outubro, em Brasília. O evento é promovido pelo Sinait, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – Enamat, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT. Faça sua inscrição <u>aqui</u>.

eSocial prorroga início da segunda fase de implantação para as empresas com faturamento de até R\$78 milhões

Portal eSocia - 31/08/2018

Após ouvir as empresas com faturamento inferior a R\$78 milhões, o eSocial ampliou o prazo da primeira fase de implantação do programa para este grupo, que terminaria neste mês de agosto. Nesta etapa, as





chamadas empresas do segundo grupo deverão realizar seus cadastros como empregadores no sistema e enviar tabelas ao eSocial.

Atos Normativos

<u>PORTARIA CC N.º 999, DE 28 DE AGOSTO DE 2018</u> (DOU de 29/08/2018 Seção II Pág. 01) - Nomeia MAURO RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o cargo de Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, código DAS 101.6, ficando exonerado do que atualmente ocupa;

<u>RESOLUÇÃO BACEN Nº 4.684, DE 29 DE AGOSTO DE 2018</u> (DOU de 31/08/2018 Seção I Pág. 58) - Altera a <u>Resolução nº 3.402, de 6 de setembro de 2006</u>, que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas.

<u>PORTARIA SIT Nº 752, DE 29 DE AGOSTO DE 2018</u> (DOU de 31/08/2018 Seção I Pág. 122) - Prorroga por 24 meses o prazo para atendimento aos itens 1.6.1 e 1.6.1.1 do Anexo I da Portaria SIT n.º 453, de 20 de novembro de 2014, que estabelece procedimentos para o credenciamento de laboratórios pelo Ministério do Trabalho e requisitos obrigatórios a serem observados na realização de ensaios laboratoriais para fins de obtenção de Certificado de Aprovação - CA;







